

As experiências migratórias a partir da inserção local de migrantes haitianos(as) na cidade de Porto Alegre

Larissa Cykman de Paula ¹

RESUMO:

Neste trabalho apresento as considerações iniciais acerca da pesquisa etnográfica em andamento com os(as) migrantes haitianos(as) que moram na Zona Norte da cidade de Porto Alegre. Para além dos motivos econômicos que impulsionam os processos migratórios, questiono sobre a possibilidade de pensar no fluxo migratório como uma forma de resistência, questionando como esta resistência pode estar relacionada à luta por direitos humanos tanto na inserção no Brasil como na relação mantida com o Haiti. Inicialmente abordo o contexto histórico haitiano para, então, destacar as relações existentes entre Haiti e Brasil. Partindo das experiências destes(as) migrantes o objetivo é compreender como ocorre a inserção destes(as) na comunidade local. Destaco, também, o papel das redes de apoio formadas nas experiências migratórias, buscando compreender o engajamento e a agência dos(as) migrantes na participação das redes e também como estas redes apoiam o ato migratório, facilitam a inserção local ou ainda, na falta de redes estabelecidas, dificultam a inserção e o acesso a direitos básicos.

Palavras-chave: processos migratórios, Haiti, experiências.

¹ Mestranda em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Neste artigo apresento as considerações iniciais acerca da pesquisa etnográfica em andamento com os(as) migrantes haitianos(as) que moram na Zona Norte da cidade de Porto Alegre e que culminará na dissertação de mestrado. Destaco os processos migratórios de haitianos(as) para o Brasil e os motivos para migrar, abordando para além dos motivos econômicos e sociais. Neste contexto, apesar da questão econômica relacionada ao ato de migrar e da busca por um trabalho que possibilite o sustento próprio e muitas vezes também o sustento de familiares ser fundamental para a compreensão dos processos migratórios, busco pensar em outras questões presentes nas experiências migratórias. Isto posto, compreendo a migração também como uma forma de resistência, em que o ato de migrar pode ser compreendido como uma ação adotada em face das vivências no país de origem e estando relacionada à luta por direitos humanos tanto na sua inserção no Brasil como na relação mantida com o Haiti.

No trabalho de campo acompanhei e participei desde 2014 das oficinas desenvolvidas na Zona Norte de Porto Alegre pelo Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados – GAIRE/SAJU/UFRGS, que tem por objetivo empoderar os(as) migrantes para sua inserção na sociedade brasileira e garantia de direitos. Esta minha entrada em campo me possibilitou compreender, a partir desta rede constituída por voluntários(as), o papel das redes de apoio formadas nas experiências migratórias de haitianos(as) e como estas redes de apoio podem ser compreendidas como uma espécie de resistência. Problematizo a noção de resistência por compreender o engajamento e a agência dos(as) migrantes na participação das redes e também no sentido das redes apoiarem o ato migratório, facilitarem a inserção local ou ainda, na falta de redes estabelecidas, dificultar a inserção e o acesso a direitos básicos, como o aprendizado do português e acesso a trabalho e moradia. Desta forma, a pesquisa etnográfica em desenvolvimento tem como objetivo analisar quais são as redes formadas, os seus limites e também quais possíveis redes não são de fato formadas. Destaco, neste primeiro momento, a importância das redes formadas por voluntários, no caso a própria rede proposta pelas oficinas organizadas pelo GAIRE, porém, atenta aos limites desta rede percebidos pela alternância e falta de regularidade do público que frequenta as oficinas (variando de cinco a quarenta participantes por encontro). Outra rede que se mostra como uma rede a ser analisada e problematizada se refere à rede religiosa, com grande número de participantes nos espaços religiosos. Como exemplo, o culto realizado na Esperança Cordeiro na Igreja Pentecostal para haitianos conta com um público médio de cem haitianos(as), demonstrando a abrangência e relevância deste espaço.

CONTEXTO HISTÓRICO HAITIANO

Alguns aspectos da história do Haiti são destacados por serem relevantes para a compreensão dos processos migratórios de haitianos(as) para o Brasil. Dentre eles, a colonização espanhola ocorrida em 1492, com a dizimação da população nativa e a introdução de africanos escravizados e a posterior independência no ano de 1804 com a vitória dos revolucionários haitianos sobre os franceses, que ocupavam o país desde 1697. A revolução haitiana é descrita por Seguy como a “única revolução vitoriosa de uma sociedade escravizada” (2014, p. 51). Este dado histórico tem maior relevância ao ser destacado o forte nacionalismo haitiano, em que o enaltecimento da história do Haiti e da revolução ocorrida desencadeia um forte sentimento em relação ao país e seus símbolos como, por exemplo, a comemoração do dia da bandeira (18 de maio) e do dia da independência (1 de janeiro). Ainda contextualizando a história haitiana destaca-se a invasão e exploração pelos EUA entre 1915 e 1934 e a ditadura Duvalier (1957 - 1971) com caráter fortemente repressor e que representou um período de acirramento das desigualdades sociais no país (HANDERSON, 2015), repercutindo na história e caráter identitário até os dias atuais também no que se refere à emigração para outros países.

Ao pensar no caso haitiano, destacando a especificidade do terremoto ocorrido em 2010, considero ser possível pensá-lo como um “evento crítico” (DAS, 1995). É interessante que Veena Das conceitua o evento crítico pela capacidade que tem de transformar categorias, significados, formas de sentir e pensar, e não pela sua magnitude (DAS, 1995). Neste sentido, é uma quebra no cotidiano, uma marcação com transformações que desestabiliza

categorias socialmente estabelecidas e construídas, mas não é necessariamente uma tragédia. O terremoto, então compreendido como um evento extraordinário, somente toma esta proporção por estar contido no ordinário. No caso, o ordinário percebido são as desigualdades sociais, considerando que o terremoto teve grandes consequências não apenas pela sua densidade, mas também pela condição do país de desigualdade social e falta de estruturas básicas. Um grupo de pesquisadores da Unicamp no Haiti quando do terremoto descreve em relato disponível online: “O que presenciamos ontem no Haiti foi muito mais do que um forte terremoto. Foi a destruição do centro de um país sempre renegado pelo mundo. Foi o resultado de intervenções, massacres e ocupações que sempre tentaram calar a primeira república negra do mundo”². Desta forma, ao analisar as consequências do terremoto e o contexto do país após este evento, é necessário problematizar o contexto socioeconômico do Haiti.

Estima-se que de quatro a cinco milhões de haitianos(as) vivem fora do país, dado que “representa a metade dos habitantes do Haiti, estimados em 10.413.211 em 2013 pelo Institut Haïtien de Statistique et d’Informatique (IHSI)” (HANDERSON, 2015, p. 52). Ou seja, é uma prática corriqueira a emigração do Haiti, mas mantendo fortes laços com o país. A emigração é, então, motivada por questões econômicas onde o migrante muitas vezes sai do Haiti sem sua família, mas com o apoio desta. A grande maioria dos(as) migrantes mantém ao mesmo tempo parte de sua família que está no Brasil e parte de sua família que permanece no Haiti, além da relação com familiares em outros países. Neste contexto, é possível compreender o local central que a diáspora ocupa na sociedade haitiana, a exemplo do seu papel “imprescindível” (THOMAZ, 2012, p. 34) como meio de ajuda à população nos dias seguintes ao terremoto.

RELAÇÕES ENTRE HAITI E BRASIL

Destaco a relação do Haiti com o Brasil para ser possível pensar sobre os processos migratórios que ocorrem entre estes países. Segundo dado apresentado pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) mais de 39.000 haitianos entraram no Brasil entre 2010 e setembro de 2014. O Brasil passou a ser um país de interesse para migração haitiana a partir de 2010 por alguns motivos, dentre os quais é possível destacar a presença de tropas brasileiras na MINUSTAH³, o que propiciou um contato direto com brasileiros; a atração pelo futebol brasileiro e o “convite” feito pelo presidente Lula em 2010, onde colocou o Brasil de forma receptiva à imigração haitiana (FERNANDES e CASTRO, 2014). Estes são os motivos mais aparentes desta relação entre os dois países, entre os quais ocorre um fluxo migratório intenso até o ano de 2015. Apesar de ainda existente, é possível perceber uma diminuição do fluxo migratório para o Brasil no final do ano de 2015 e ao longo de 2016. Um dos motivos para esta diminuição, conforme percebido em campo e também em discussões que perpassam diferentes esferas, se deve ao aumento da dificuldade em encontrar empregos com um salário que possibilite viver dignamente no Brasil e ainda enviar dinheiro para familiares no Haiti, situação agravada também com a alta do dólar em relação ao real.

A todos(as) haitianos(as) que chegam ao Brasil é concedido o visto humanitário, visto

2 O trecho foi extraído da página virtual intitulada “Pesquisadores da Unicamp no Haiti: Grupo de pesquisadores da Unicamp, sobre o tema Haiti no Haiti” elaborada pelos pesquisadores Daniel Felipe Quaresma dos Santos, Diego Napolon Bertazzoli, Joanna Lopes da Hora, Marcos Pedro Magalhães Rosa, Omar Ribeiro Thomaz, Otávio Calegari Jorge, Rodrigo C. Bulamah, Werner Garbers e Cris Bierrenbach. Disponível no link <https://lacidatelle.wordpress.com/> e acessada em setembro de 2015.

3 Desde 2004 está presente em território haitiano a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti), com a atuação de tropas brasileiras a partir da doutrina de intervenção humanitária. A MINUSTAH foi estabelecida com a Resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU tendo como principais objetivos “provimento de segurança e de um ambiente estável, particularmente através do desarmamento; apoio ao processo político e boa governança em preparação para futuras eleições; e monitoramento e apresentação de relatórios sobre os direitos humanos” (Centro de Justiça Global e Harvard Law Student Advocates for Human Rights, 2005, p. 1). Porém, segundo Seguy (2014), o Haiti não precisaria de tropas militares, mas de paz e solidariedade (médicos, professores, engenheiros), problematizando que a ocupação militar não protegeria os haitianos e sim interesses imperialistas. Desta forma, ocorre esta dupla visão sobre a presença da MINUSTAH, em que, por um lado, é vista como uma ação humanitária em prol do desenvolvimento e segurança do país, porém, por outro lado, é debatida como uma atitude imperialista que nada tem a acrescentar ao real desenvolvimento do país, mas apenas à economia gerada a partir da exploração do país.

criado especificamente para esta demanda em 2012 com o objetivo de facilitar o processo burocrático. Antes da criação do visto humanitário os imigrantes solicitavam o refúgio, que é concedido quando a mobilidade está relacionada a fundado temor de perseguição. Além do pedido de refúgio ser um processo mais demorado, no caso haitiano não há garantias de que o pedido seja acolhido, pois estes migrantes podem ser pensados como imigrantes econômicos e/ou deslocados ambientais, não se adequando na definição estabelecida para a obtenção do status de refugiado. O visto humanitário entrou em vigor com a resolução normativa nº 97 do Conselho Nacional de Imigração (CNIG) em 2012 com vigência de dois anos, tendo sido prorrogado pelas resoluções normativas nº 106, nº 113 e nº 123, estando atualmente em vigor até 30 de outubro de 2017. O objetivo do visto humanitário é regular legalmente a entrada dos(as) migrantes no país, possibilitando a acolhida concedendo o visto por razões humanitárias “resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010” (CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, 2012).

A criação do visto humanitário brasileiro para haitianos(as) demonstra o grande alcance de redefinições pós terremoto, o que também se relaciona com a percepção do terremoto como um evento crítico (DAS,1995). É interessante que o terremoto repercute em toda população haitiana, mesmo para os habitantes de regiões não afetadas pelo terremoto. Isto se deve ao fato do visto humanitário abranger todos os cidadãos haitianos, ou seja, aqueles que não foram afetados diretamente pelo terremoto mas que almejam emigrar para outro país por outros motivos, principalmente econômicos, também possuem o visto facilitado para permanecer no Brasil. Este fato modifica o contexto vivenciado por todos(as) haitianos, onde a relação com o terremoto possui grande relevância.

O visto humanitário disponibilizado na embaixada do Brasil no Haiti também implica na diminuição do ingresso pela fronteira terrestre que ocorre sem o visto pelo estado do Acre, porém, um dos problemas neste contexto é a dificuldade da embaixada brasileira conceder o número de vistos demandado. Segundo dados divulgados pelo Portal Brasil, no ano de 2015 eram emitidos mensalmente 2000 vistos na embaixada localizada em Porto Príncipe, capital haitiana, número pequeno diante da demanda. Desta forma, o fluxo migratório continuava acontecendo em grandes proporções através da fronteira terrestre, em situações vulneráveis e com elevadas taxas pagas a “coiotes” no “tráfico de imigrantes”. (FERNANDES e CASTRO, 2014, p. 15).

Após a chegada ao norte do Brasil, os(as) haitianos(as) vão para outras cidades e estados, principalmente em busca de trabalho ou por já terem conhecidos e familiares nestes locais. Nos anos de 2014 e 2015 alguns ônibus foram enviados pelo estado do Acre na direção sul do país, com paradas em diferentes cidades. Dos haitianos(as) que chegaram à cidade de Porto Alegre alguns ficaram temporariamente, indo posteriormente para cidades no interior, e outros resolveram continuar na cidade. Esta vinda de ônibus com haitianos(as) foi amplamente divulgada pela mídia, o que dá ao tema visibilidade e gera comentários tanto de acolhimento e boas vindas como comentários racistas e xenofóbicos. Em Porto Alegre, os(as) haitianos(as) que chegaram nos anos de 2014 e 2015 sem destino específico ficaram, num primeiro momento, abrigados no Centro Vida Humanístico, localizado na Zona Norte da cidade.

ENTRADA EM CAMPO: A PRESENÇA DE MIGRANTES HAITIANOS(AS) NA ZONA NORTE DE PORTO ALEGRE

Após compreender aspectos mais gerais dos processos migratórios de haitianos(as) para o Brasil, contextualizo o contato inicial que tive com a presença de migrantes haitianos(as) na Zona Norte de Porto Alegre, principalmente na Vila Esperança Cordeiro. No início do ano

de 2014 alunos(as) de medicina da UFRGS que estagiavam no Posto de saúde Esperança Cordeiro observaram que alguns haitianos(as) iam ao posto, porém, tinham muita dificuldade de comunicação por não falarem português. Estes(as) alunos(as) mobilizaram algumas pessoas para ajudar diretamente nesta necessidade de comunicação para acessar os serviços de saúde. Esta primeira mobilização foi se ampliando e pessoas voluntárias começaram a pensar em formas de ajudar estes imigrantes no bairro, momento no qual eu também me juntei ao grupo que se formava. Entre os voluntários que se somaram destacou-se o GAIRE e também o Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI - UFRGS) através da participação da professora Denise Jardim. Em maio de 2014 iniciaram-se atividades no bairro voltadas para os(as) migrantes, ocorrendo em formato de oficinas nos sábados e domingos à tarde na Associação de Moradores do bairro. Nas oficinas os(as) haitianos(as) tinham um espaço para trazer dúvidas e questões específicas vivenciadas, além da proposta do ensino da língua portuguesa.

No final do ano de 2014 as atividades começaram a ser realizadas no Centro Vida Humanístico, localizado na Avenida Baltazar e ao lado da Vila Esperança Cordeiro. O formato permaneceu o mesmo até o final do ano, com uma rotatividade de voluntários(as) organizando atividades em alguns finais de semana. No início de 2015 o formato se modificou e o GAIRE assumiu a responsabilidade total das oficinas através de um projeto de extensão vinculado à UFRGS. O grupo se organizou, então, em um formato fixo através da elaboração de um projeto específico visando o empoderamento dos(as) imigrantes para sua inserção na sociedade brasileira e garantia de direitos.

As atividades que se iniciaram em março de 2015 mudaram novamente de local, passando a acontecer em uma escola localizada a poucas quadras da Vila Esperança Cordeiro. O local foi escolhido pelo contato e parceria ocorrido com o diretor da escola, que abriu as portas desta para as atividades e para pensar conjuntamente na inserção dos(as) imigrantes na comunidade. A mudança na organização incidiu bastante na dinâmica das oficinas. Num primeiro momento, poucas pessoas foram nos encontros, o que motivou uma organização do grupo para o contato com os(as) imigrantes no bairro em diferentes dias da semana e do final de semana. Desta forma, foi se criando aos poucos uma relação entre estes que propiciou a formação de um grupo, e, num tempo médio de dois meses, com o contato e vínculo estabelecido, as oficinas realizadas na Escola começaram a contar com uma presença média de 30 haitianos(as).

As principais temáticas abordadas nas oficinas referem-se às barreiras enfrentadas cotidianamente na inserção na sociedade brasileira, sendo a principal barreira a língua, pois quem está no Brasil há poucas semanas e meses muitas vezes não consegue se comunicar com brasileiros(as), o que dificulta a inserção local e a obtenção de emprego. Pensando na importância do aprendizado da língua, um dos esforços do grupo foi em buscar alternativas com este fim. Além de oficinas voltadas para a conversação em português, o diálogo com a escola possibilitou que alguns(as) haitianos(as) frequentassem o EJA (Educação de Jovens e Adultos), tanto para o aprendizado do português como enquanto uma possibilidade de continuar os estudos. Em relação ao aprendizado do português é possível fazer um recorte de gênero, observando que as mulheres demoravam um tempo significativamente maior para começar a compreender e falar português. Algumas delas, mesmo já estando há mais de um ano no Brasil, ainda não conseguiam se comunicar em português, ficando restritas ao convívio com haitianas e haitianos.

Outra demanda refere-se à procura por emprego, sendo este fundamental para o sustento no Brasil e também para o envio de dinheiro para a família que ficou no Haiti. Apesar dos diferentes níveis de formação educacional e profissional dos(as) migrantes, a grande maioria procurava inicialmente emprego em qualquer área, tendo a maior oferta em empresas terceirizadas de limpeza, na construção civil e em empresas alimentícias. Algumas oficinas foram focadas na elaboração de currículos e em conversas sobre os direitos trabalhistas no Brasil. Outras demandas trabalhadas nas oficinas abordaram questões referentes à moradia e aluguel, acesso à saúde, acesso a direitos sociais através dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e conversas problematizando questões referentes ao racismo e à xenofobia experienciados.

Ao longo do ano de 2016 as oficinas passaram a contar com um público menor, abrindo espaço para reflexões dos motivos da grande inconstância da participação no projeto. Esta reflexão sobre o papel das oficinas também permite perceber outras redes que se fazem importantes para os(as) migrantes e seus intercruzamentos. Mesmo com o

enfraquecimento das oficinas, era possível observar as relações traçadas com distintas redes, ressaltando a relação com os espaços religiosos. Ao longo das oficinas os(as) voluntários(as) do projeto eram constantemente convidados(as) para participarem do culto religioso que ocorria todos os domingos pela manhã em uma Igreja Pentecostal localizada na Vila Esperança Cordeiro. Quando conheci o culto, no primeiro semestre de 2016, percebi a grande importância deste espaço para os(as) haitianos(as) pela forte presença no local. Cerca de cem haitianos compareciam ao culto religioso, número muito maior do que o número de migrantes que já participou das oficinas realizadas no Bairro. Este fato demonstra a importância deste espaço social que se torna, então, um ponto fundamental em meu campo etnográfico na compreensão de outras redes de apoio presentes nas trajetórias percorridas por haitianas e haitianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar nos processos migratórios destes(as) migrantes haitianos(as) é necessário compreender como ocorrem os fluxos e trajetórias de vida. Problematizando as relações sociais e familiares dos migrantes haitianos(as) se reflete sobre o debate transnacional (JARDIM, 2013) a partir de uma observação local. Nesta abordagem, destaco o conceito de hermenêutica diatópica (SANTOS, 2003), em que o diálogo intercultural sobre a dignidade humana se organiza a partir de sentidos locais ao invés de falsos universalismos, sendo possível pensar em uma “concepção mestiça de direitos humanos” (SANTOS, 2003, p. 23). Neste contexto, ao abordar os aspectos referentes às motivações da emigração e ao processo de inserção dos imigrantes localmente, das barreiras enfrentadas e das relações mantidas, destaco o trabalho de campo na antropologia como o local que mostra a negociação (JARDIM, 2013) que ocorre entre o Estado e as comunidades diversas as quais exigem a implementação de políticas públicas que atendam à justiça e dignidade humana.

Para tanto, também se faz relevante ponderar acerca das questões relacionadas à globalização e às interações entre os processos globais e locais. Patarra elabora uma análise sociológica acerca das migrações internacionais contemporâneas a partir de “processos macroestruturais de reestruturação produtiva e no contexto internacional da atual etapa da globalização, em suas múltiplas dimensões e desdobramentos” (2006, p. 7) afirmando que, neste contexto, os direitos humanos passam a ser um instrumento legítimo, aceito e utilizado nacional e internacionalmente, sendo as “políticas migratórias celebradas e formuladas a partir dessa legitimação” (2006, p. 8). Porém, cabe destacar que, apesar destas ponderações, muito tem de ser feito na luta por direitos e pela dignidade humana dos(as) migrantes, o que ocorre também a partir das brechas configuradas pelas propostas de governança internacional (PATARRA, 2006, p. 8). Estas brechas demonstram um caminho pelo qual as pessoas conseguem agir. Por isso mesmo destaco a grande importância da agência e resistência dos(as) imigrantes e de demais pessoas através das redes de apoio.

Neste artigo enfatizei, a partir das oficinas desenvolvidas na Zona Norte de Porto Alegre, o caráter central das redes de apoio nas experiências migratórias. Desta forma, é possível problematizar como as redes de apoio facilitam uma inserção local digna e estão relacionadas com as estratégias adotadas pelos(as) migrantes na busca pela garantia e respeito aos direitos humanos. Isto posto, enfatizo a importância de compreender as especificidades observadas em campo das diferentes redes de apoio e seus intercruzamentos. Para além da rede relacionada ao projeto de oficinas, é possível perceber distintas redes que perpassam as experiências de haitianos e haitianas. Uma destas redes se configura enquanto uma rede de apoio religiosa, como no caso da Igreja Pentecostal frequentada assiduamente por haitianos e haitianas na Vila Esperança Cordeiro. Outro aspecto relevante relacionado às redes de apoio observadas está na relação com organizações e espaços públicos. A princípio, atores públicos e políticas públicas deveriam atuar enquanto estratégias elaboradas para assegurar os direitos dos(as) migrantes na inserção local, o que ocorre apenas parcialmente e de forma ainda desarticulada. Neste contexto, tanto nas oficinas como nos cultos, percebi as estratégias formuladas conjuntamente e a troca de informações para que migrantes pudessem acessar os direitos básicos a partir da ida em órgãos públicos estratégicos.

Concluindo, este trabalho buscou refletir sobre o fluxo migratório de migrantes haitianos(as) na sua relação com o Brasil a partir das experiências dos(as) migrantes residentes na Zona Norte de Porto Alegre. O trabalho de campo (que ainda está sendo desenvolvido e que será amplamente discutido na dissertação de mestrado) tem como objetivo criar um espaço de reflexão sobre os fluxos migratórios e também destacar suas especificidades como, por exemplo, os motivos desta migração para além dos motivos econômicos; o aspecto identitário e a diáspora haitiana; a inserção local a partir das dificuldades e facilidades e das redes de apoio formadas, a vulnerabilidade social, os direitos humanos e as políticas públicas. Espero que estas considerações sirvam como uma problematização inicial desta temática tão pertinente em nosso contexto atual.

REFERÊNCIAS:

ACNUR. **Dados sobre refúgio no Brasil**: uma análise estatística (2010-2014). Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acessado em maio de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 97**, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. 2012. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135687F345B412D/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2097.pdf>. Acessado em setembro de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 106**, de 24 de outubro de 2013. Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. 2013. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF808081419E9C900141F0140AA718A4/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20106.pdf>. Acessado em setembro de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 113**, de 09 de dezembro de 2014. Prorroga a vigência da Resolução Normativa no 97, de 12 de janeiro de 2012. 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4AC03DE1014ADDCE54511D96/RN%20113%20v2.pdf>. Acessado em setembro de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 123**, de 13 de setembro de 2016. Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. 2016. 167. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=328777>. Acessado em setembro de 2016.

DAS, Veena. **Critical events**: An anthropological perspective on contemporary India, Delhi: Oxford University Press, 1995.

FERNANDES, Duval. CASTRO, Maria da Consolação G.. Projeto “**Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral**”. Belo Horizonte. 2014. Disponível em: http://obs.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=746:projeto-estudos-sobre-a-migracao-haitiana-ao-brasil-e-dialogo-bilateral&Itemid=130. Acessado em setembro de 2015.

HANDERSON, Joseph. **Diaspora**: As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese de Doutorado, Museu Nacional, UFRJ, 2015.

_____. Diaspora: Sentidos Sociais e Mobilidades Haitianas. In: **Horizontes Antropológicos**, ano 21, no. 43, 2015, pp. 51-78. << <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-718320150001000032015>>>

JARDIM, Denise F. Alteridades e (In) visibilidades: uma perspectiva antropológica sobre direitos humanos e dignidade. In: Jardim, D.F. & Lopez, Laura C. **Políticas da Diversidade**: (in) visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2013, pp. 21-38.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Entrando e saindo da "mistura": os índios nos censos